

**- XXXIV -****OS CONSELHOS ESCOLARES COMO  
POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA  
PÚBLICA****Maria Gorete Rodrigues de Brito**Universidade Federal do Pará (UFPA),  
mariagoretebrito2011@hotmail.com**Danielly Cristinne Barbosa de Campos**

Universidade Federal do Pará (UFPA), danielly.campos@ymail.com

**Vivian de Lima Cabral**Universidade Federal do Pará (UFPA),  
vivancabral2015@yahoo.com.br**Suellem Pantoja**Universidade Federal do Pará (UFPA),  
smartinspantoja@gmail.com**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho objeto de investigação a constituição sócio-política dos conselhos escolares e a democratização da escola pública. Para tanto, estabeleceu-se como questão de investigação: “Como os conselhos escolares se organizaram institucionalmente, no período de 2013 a 2015, na Rede Pública Municipal de Ensino de Ananindeua – PA? Essa organização permitiu à classe trabalhadora exercer protagonismo político nos processos de deliberação coletiva, em vista da democratização da escola pública?”

Nessa perspectiva, a finalidade deste trabalho consistiu, fundamentalmente, em discutir dados que resultaram de uma pesquisa de campo, que teve a técnica do questionário como instrumento de coleta de dados, por meio da qual foram delineados alguns eixos para a compreensão da organização desses colegiados. Desse modo, partiu-se do pressuposto de que os colegiados em referência, quando observam, em sua composição, o princípio da

pluralidade, por meio da qual a classe trabalhadora, esteja majoritariamente representada, poderão contribuir para a superação de práticas patrimonialistas e clientelistas, que comprometem o sentido da escola como espaço público.

Para a discussão do modelo de gestão democrática assentado no estado capitalista, admitiu-se, *a priori*, a necessidade de exame mais aprofundado, por meio de pesquisa bibliográfica (BOBBIO, 2007; LIBÂNEO, 2012; PARO, 2016 e SANTOS, 2005), sobre o papel da escola pública no contexto atual quando se admite a necessidade de ampliação dos espaços de participação da sociedade civil organizada que tem, na classe trabalhadora, sua maior expressão. Nesse sentido, este trabalho se estrutura em três partes. Na primeira, de discute o sentido da “escola pública”, a partir de sua denominação. Na segunda, são apresentados e analisados dados da pesquisa de campo acerca das condições sócio-políticas observadas na escola pública. Na terceira, evidencia-se a participação política dos conselheiros, que se encontram representados na composição dos conselhos escolares.

### **ESCOLA PÚBLICA É, DE FATO, DEMOCRÁTICA?**

Quando não se observa a gestão democrática como princípio organizativo da escola pública, fragiliza seu sentido como espaço de construção coletiva, onde as relações são construídas de forma horizontalizada e descentralizada, no tocante à concepção de poder, presente em sua dinâmica interna de funcionamento. Porém, muitos são os clamores, no sentido de buscar reverter essa lógica de escola que se sustentou, historicamente, a partir dos princípios liberais, que ainda hoje defendem o esvaziamento do sentido “público”, que lhe caracteriza, para que seja incorporada uma lógica privatista, assentada na hierarquização e no controle das instâncias governamentais a que estão submetidas, em detrimento da participação efetiva das classes trabalhadoras, que se encontram presentes em seu cotidiano.

Nesse sentido, discute-se a partir das ideias de Paro (2016) a necessidade de transformação da escola pública para que seja democrática. Para tanto, questiona-se se é possível construir uma escola pública, apropriada pela classe trabalhadora e que seja capaz de superar o eufemismo que, historicamente, se convencionou tratar o público como sinônimo de “estatal”.

Acrescenta-se, ainda, a esse debate a contribuição de Libâneo (2012), que argumenta sobre a necessidade de superação do dualismo presente na escola pública, propondo a construção de uma escola que visa à formação cultural e científica e que se considere que “essa formação se destina a sujeitos diferentes já que a diferença não é uma excepcionalidade

da pessoa humana, mas condição concreta do ser humano e das situações educativas” (LIBÂNEO, 2012, p. 26).

## **A CONSTITUIÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DOS CONSELHOS ESCOLARES**

Os dados apresentados, nesta seção, objetivam demonstrar as condições sócio-políticas que os conselheiros reúnem para atuarem nos conselhos escolares, como forma, portanto, de materialização do princípio da gestão democrática na escola pública. Os aspectos evidenciados na pesquisa, além de caracterizar essa realidade, permitem refletir sobre dilemas e possibilidades para que seja considerado o sentido da escola pública, onde as relações de poder sejam horizontalizadas e a classe trabalhadora exerça o devido protagonismo político.

Assim, a pesquisa buscou identificar o perfil dos conselheiros, contemplando os seguintes aspectos: a orientação sexual, que demonstrou a predominância do sexo feminino no espaço público; a faixa etária dos conselheiros, revelando como mais expressiva de 41 a 60 anos; fatores relacionados à cor/raça, tendo na cor denominada parda sua maior expressão; a escolaridade dos atores sociais, que corresponde a 14,4 anos de estudos; opção religiosa que revelou a diversidade de credo que se encontra no espaço público, onde a multiculturalidade pode ser constatada; a situação conjugal que permitiu identificar situações distintas quanto aos arranjos familiares; o fator renda familiar que contrariou a premissa de que quanto maior a escolaridade, maior a renda; e o trabalho/ocupação tendo sido verificado que a maioria se encontra desenvolvendo suas atividades profissionais no serviço público municipal.

## **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NOS CONSELHOS ESCOLARES**

Objetiva-se, nesta seção, demonstrar os principais desafios relacionados à democracia representativa, a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira, quando se passou a advogar em favor de um modelo de participação em que os interesses coletivos são representados, por lideranças constituídas e referendadas pelo sufrágio universal, para que pudessem atuar na esfera pública. Essa perspectiva de abordagem possibilita, mormente, caracterizar a atuação dos conselhos escolares, cujos segmentos se fazem representar.

Para tanto, destacou-se, os seguintes aspectos: segmento que representa no conselho escolar, cargo ou ocupação no órgão colegiado. Esses elementos contribuem para a

compreensão do alcance, em termos de participação, quanto da atuação dos conselheiros, assim como o potencial que reúnem na disputa pelo poder e, conseqüentemente, direção política dos processos deliberativos.

### **Considerações finais**

Os dados permitiram inferir a existência de desafios e possibilidades para que os órgãos colegiados de gestão das unidades educacionais possam se constituir, de fato, como espaços de deliberação coletiva, onde a classe trabalhadora possa exercer a hegemonia e o protagonismo necessário nos processos decisórios.

Considera-se que dos principais óbices para a efetivação de uma perspectiva democrática que tenha como princípio básico a inclusão e o reconhecimento das diferenças que encontram no espaço público, diz respeito à estrutura rígida dos órgãos colegiados, que nem sempre favorecem o diálogo e a discussão de temas que interessam à classe trabalhadora que se encontra representada na escola pública. Tal fato, se explica, como demonstrado, pela necessidade desses colegiados atuarem em função da legitimação de uma lógica estatal, que tem na descentralização de recursos, sua maior prioridade.

Assim, pode-se concluir que a escola pública na perspectiva sustentada neste trabalho ainda é uma tarefa a ser atendida, para que possa se constituir, como afirma Paro (2016) em núcleo de resistência aos ditames de uma lógica gerencial, que se esvazia o sentido político da democracia e que por esse motivo não reconhece as diferenças que se manifestam no espaço público.

### **REFERÊNCIAS**

BOBBIO, Norberto. Estado. **Governo, sociedade**; por uma teoria geral da política/ Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69)

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, a escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

PARO, Victor. **Gestão democrática da escola pública**. Victor Henrique Paro – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública**. Revista educação e sociedade. Vol. 98. Campinas, jan/abril. 2007.

SANTOS, T. F. A. M.. **Os Colegiados escolares no contexto da democratização da gestão.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, RPPAE, v. 20, n.02, p. 1-9, 2005.